Publicado na Folha de S.Paulo em 10/03/2025.

Renovias Concessionária S.A.

CNPJ/MF nº 02.417.464/0001-23

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Concluído o ano de 2024, a Companhia apresenta as atividades e projetos realizados neste período. A Companhia registrou um crescimento de 7,0% no fluxo de veículos equivalentes nos pedágios de sua malha viária, em comparação com 2023. Os investimentos foram na ordem de R$ 63.886, permitindo atender os parâmetros exigidos no Edital de Licitação, bem como cumprir o programa pactuado com Vossas Senhorias. Relacionamos abaixo os principais serviços executados. Entre as ações de engenharia, a Companhia realizou ao longo da malha viária a recuperação de pavimento em uma extensão de 64,2 quilômetros. Foram recuperados 126.061 m² de sinalização horizontal, colocadas 65.280 novas tachas refletivas e instaladas 2.078 placas e 2.801 m de defensas metálicas, além da recuperação de 172 obras de arte especiais. Foi executada ainda barreira rígida de concreto alta entre os km 175 e 177 da SP 342, construídas caixas de contenção de produtos perigosos nos km 136, 140+600 e 281 da SP 340 e iniciada a adequação das rampas da Passarela da SP 342 km 172+500. Além disso foram concluídos os projetos executivos de implantação de faixa adicional entre o km 124 e km 172+500 na rodovia SP 340, implantação da duplicação da rodovia SP 344 do km 224 ao km 242+600 e implantação de vias marginais na rodovia SP 340 entre o km 114 e km 123 e iniciado a certificação dos projetos. Os investimentos nestes serviços de conservação especial e obras totalizaram R$ 53.456. Os investimentos em equipamentos, veículos e sistemas de controle (ITS) atingiram R$ 10.430. O Sistema de Ajuda ao Usuário realizou as seguintes quantidades de atendimentos durante o ano: inspeções de tráfego -12.594; socorros mecânicos - 23.950; serviços de guincho - 13.967; primeiros socorros - 2.205 e serviços de irrigadeira - 640. A Companhia acredita em seus profissionais, no potencial de cada pessoa e na força do trabalho em equipe. Através de sua política de gestão de pessoas, com foco na plena satisfação dos usuários como principal forma de obter a sustentabilidade do negócio, a Companhia proporcionou a capacitação de centenas de profissionais em 2024. Foram 9.432 horas de treinamentos realizados, distribuídas em diversas capacitações realizadas ao longo do ano. Nos dias 24 e 25 de outubro de 2024, foi realizada a auditoria de Recertificação do Sistema de Gestão da Qualidade da Renovias, com base na norma NBR ISO 9001:2015, conduzida pela Certificadora DNV - Det Norske Veritas. A auditoria ocorreu de forma presencial em diversas praças de pedágio, nas bases SAU - Sistema de Ajuda ao Usuário, e em áreas da sede administrativa da Concessionária. Durante o processo, foi recomendada a manutenção da certificação da Renovias. É importante destacar que nenhuma não conformidade foi registrada, sendo identificadas apenas 02 observações e 01 oportunidade de melhoria. A Companhia manteve diversas ações de conscientização dos usuários quanto ao respeito às leis de trânsito e, principalmente, dos cuidados com a saúde. A integração entre a Companhia e demais órgãos de segurança, como Polícia Militar Rodoviária, Corpo de Bombeiros, Brigadas de Incêndio, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e Defesa Civil foi mantida, com várias orientações e ações realizadas em conjunto. O meio ambiente também foi priorizado pela Companhia. Foram realizadas Operações Corta Fogo, com o objetivo de evitar focos de incêndio nas margens das rodovias no período com maior incidência de casos de queimadas. Quando necessário, os caminhões de combate a princípios de incêndios foram acionados para realizar o combate ao fogo. Frases nos painéis instalados na rodovia SP-340 foram inseridas, dando dicas para que ocorrências como esta sejam evitadas pelos usuários de rodovias. As comunidades abrangidas pela malha viária da Companhia foram diretamente beneficiadas. A Companhia repassou, em 2024, o montante de R$ 3.154 para projetos sociais e entidades assistenciais. Os aportes foram realizados por meio da Lei de Incentivo à Cultura, Lei de Incentivo ao Esporte, além dos Fundos dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso. Como destaque financeiro, foram distribuídos aos acionistas dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R$ 176.593, devidamente aprovados em RCA (Reunião do Conselho da Administração), da seguinte forma: 15 de abril de 2024 - R$ 63.026 de dividendos adicionais propostos de 2023; 16 de setembro de 2024 - R$ 107.614 de dividendos intermediários de 2024; 23 de dezembro de 2024 - R$ 5.953 juros sobre o capital (líquido de IR).

1. Desempenho Econômico-Financeiro

Em R$ Mil	2024	2023	Var (%)
Receita operacional bruta (incluída a receita de construção)	697.701	665.164	4,89%
Receita operacional bruta (excluída a receita de construção)	684.286	615.628	11,15%
- Receita de pedágio	663.562	597.282	11,10%
- Outras receitas	20.724	18.346	12,96%
Deduções da receita bruta	(59.070)	(53.181)	11,07%
Receita líquida (excluída a receita de construção)	**625.216**	**562.447**	**11,16%**
(+) Receita de construção	13.415	49.536	-72,92%
Custos e despesas (a)	**(362.860)**	**(361.895)**	**0,27%**
- Depreciação e amortização	(169.841)	(167.974)	1,11%
- Serviços de terceiros	(73.918)	(31.777)	132,61%
- Custo da outorga	(20.533)	(18.473)	11,15%
- Custo com pessoal	(52.713)	(46.780)	12,68%
- Custo de construção	(13.415)	(49.536)	-72,92%
- Outros custos e resultados operacionais	(32.440)	(47.355)	-31,50%
EBIT Ajustado	**275.771**	**250.088**	**10,27%**
Margem EBIT Ajustada (b)	**44,11%**	**44,46%**	**-0,80%**
EBIT (c)	**275.771**	**250.088**	**10,27%**
Margem EBIT	**43,18%**	**40,87%**	**5,67%**
(+) Depreciação e amortização	169.841	167.974	1,11%
EBITDA (c)	**445.612**	**418.062**	**6,59%**
Margem EBITDA	**69,78%**	**68,31%**	**2,14%**
EBITDA Ajustado	**445.612**	**418.062**	**6,59%**
Margem EBITDA Ajustada (d)	**71,27%**	**74,33%**	**-4,11%**
Resultado financeiro líquido	10.358	8.345	24,12%
Lucro antes do IR & CS	286.129	258.433	10,72%
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	(90.835)	(82.735)	9,79%
Lucro líquido	**195.294**	**175.698**	**11,15%**
Investimentos (caixa)	**23.847**	**66.332**	**-64,05%**

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custo dos bens e/ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais. (b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais. (c) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. (d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

2. Considerações finais: 2.1. Auditores Independentes: Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **2.2. Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. **2.3. Cláusula Compromissória:** A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Comércio Brasil--Canadá, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social.

Mogi Mirim, 7 de março de 2025.

A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante		**229.551**	**118.084**
Caixa e equivalentes de caixa	6	65.186	71.270
Aplicações financeiras	6	110.883	-
Contas a receber das operações	7	45.828	41.835
Contas a receber de partes relacionadas	9	2	85
Tributos a recuperar		4.384	2.215
Adiantamento a fornecedores		-	8
Despesas antecipadas e outras		3.268	2.671
Não circulante		**52.288**	**194.579**
Realizável a longo prazo			
Tributos diferidos		3.726	-
Depósitos judiciais		129	139
Imobilizado	10	13.293	16.852
Intangível	11	10.823	151.475
Infraestrutura em construção	11	24.317	25.611
Direito de uso em arrendamento		-	502
Total do ativo		**281.839**	**312.663**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2024	2023
Circulante		**103.436**	**118.485**
Fornecedores		10.249	18.728
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	286	344
Imposto de renda e contribuição social		66.390	73.850
Impostos e contribuições a recolher		10.330	9.919
Obrigações sociais e trabalhistas		9.927	9.835
Obrigações com Poder Concedente	17	1.710	1.636
Passivo de arrendamento		-	617
Outras obrigações		4.544	3.556
Não circulante		**7.727**	**41.152**
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	12.1	7.264	2.211
Tributos diferidos	8.2	-	38.835
Fornecedores		308	106
Outras obrigações		155	-
Patrimônio líquido	13	**170.676**	**153.026**
Capital social		75.000	75.000
Reserva de lucros		45.000	71.339
Dividendos adicionais propostos		50.676	6.687
Total do passivo e patrimônio líquido		**281.839**	**312.663**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	14	**638.631**	**611.983**
Custos dos serviços prestados		**(323.383)**	**(335.261)**
Custo de construção		(13.415)	(49.536)
Depreciação e amortização	10 e 11	(167.393)	(167.021)
Custo da outorga		(20.533)	(18.473)
Serviços		(65.545)	(49.819)
Custo com pessoal		(39.494)	(35.566)
Materiais, equipamentos e veículos		(9.071)	(8.661)
Seguros		(2.962)	(2.693)
Aluguéis		(2.827)	(2.310)
Outros		(2.143)	(1.182)
Lucro bruto		**315.248**	**276.722**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		**(39.477)**	**(26.634)**
Serviços		(8.373)	(7.303)
Despesas com pessoal		(13.219)	(11.214)
Materiais, equipamentos e veículos		(870)	(789)
Depreciação e amortização	10 e 11	(2.448)	(953)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(187)	(76)
(Provisão) reversão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	12.1	(5.053)	1.835
Água, luz, telefone, internet e gás		(647)	(325)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(301)	(318)
Gastos com viagens e estadias		(34)	(20)
(Reversão) provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7	(70)	(12)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(38)	(20)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(3.154)	(2.985)
Indenização cível e trabalhista		(2.999)	(3.927)
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.084)	(527)
Resultado antes do resultado financeiro		**275.771**	**250.088**
Resultado financeiro	15	10.358	8.345
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**286.129**	**258.433**
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	8.1	(90.835)	(82.735)
Lucro líquido do exercício		**195.294**	**175.698**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

			Reserva de lucros				
	Nota	Capital Social	Legal	Reserva de lucros a realizar	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023		**75.000**	**15.000**	**40.247**	**70.000**	**-**	**200.247**
Distribuição de dividendos em 28 de abril de 2023		-	-	(15.000)	(70.000)	-	(85.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	175.698	175.698
Destinações:							
Distribuição de dividendos em 26 de outubro de 2023		-	-	(25.247)	-	-	(25.247)
Distribuição de dividendos intermediários em 30 de outubro de 2023		-	-	-	-	(104.753)	(104.753)
Juros sobre capital próprio em 26 de dezembro de 2023 (líquido)		-	-	-	-	(6.731)	(6.731)
Juros sobre capital próprio em 26 de dezembro de 2023 (IRRF)		-	-	-	-	(1.188)	(1.188)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	6.687	(6.687)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	56.339	-	(56.339)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**75.000**	**15.000**	**56.339**	**6.687**	**-**	**153.026**
Distribuição de dividendos em 8 de abril de 2024	13.4	-	-	-	(6.687)	-	(6.687)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	195.294	195.294
Destinações:							
Distribuição de dividendos adicionais propostos em 8 de abril de 2024	13.4	-	-	(56.339)	-	-	(56.339)
Distribuição de dividendos intermediários em 11 de setembro de 2024	13.4	-	-	-	-	(107.614)	(107.614)
Juros sobre capital próprio em 13 de dezembro de 2024 (líquido)	13.5	-	-	-	-	(5.953)	(5.953)
Juros sobre capital próprio em 13 de dezembro de 2024 (IRRF)	13.5	-	-	-	-	(1.051)	(1.051)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	50.676	(50.676)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	30.000	-	(30.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**75.000**	**15.000**	**30.000**	**50.676**	**-**	**170.676**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**195.294**	**175.698**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**195.294**	**175.698**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		**195.294**	**175.698**
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(42.561)	(52.344)
Depreciação e amortização	10 e 11	169.339	167.081
Baixa do ativo imobilizado	10	1	-
Reversão de provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	70	12
Constituições líquidas de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhitas, tributários e contratuais	12.1	8.532	3.031
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	15	24	138
Depreciação - direito de uso em arrendamento		502	893
Rendimento de aplicação financeira		(6.168)	-
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(4.063)	(13.278)
Contas a receber de partes relacionadas		83	3.736
Tributos a recuperar		(2.169)	2.453
Adiantamento a fornecedores		8	(8)
Despesas antecipadas e outras		(587)	927
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(8.277)	4.801
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	(58)	(230)
Obrigações sociais e trabalhistas		92	1.509
Impostos e contribuições a recolher		132.110	131.802
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(140.209)	(121.818)
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	12.1	(3.479)	(4.866)
Obrigações com o Poder Concedente		73	(12)
Outras obrigações		1.143	1.639
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**299.700**	**301.164**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado		(8.411)	(15.530)
Aquisição de ativo intangível		(15.436)	(50.802)
Outros de ativo intangível		12	350
Aquisição de arrendamento		-	1
Aplicações financeiras líquidas de resgate		(104.715)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		**(128.550)**	**(65.981)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas controladores	18.1	(176.593)	(221.731)
Arrendamento			
Pagamento de principal e juros	18.1	(641)	(917)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(177.234)**	**(222.648)**
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		**(6.084)**	**12.535**
Demonstração do (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		71.270	58.735
No final do exercício		65.186	71.270
		(6.084)	**12.535**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Renovias Concessionária S.A. ("Renovias" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Rodovia SP 340 - Governador Dr. Adhemar Pereira de Barros, km 161, Pista Sul, Bairro Sobradinho, na Cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objetivo específico a exploração de rodovias, sob o regime de concessão, mediante arrecadação de pedágio e receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. A Companhia é responsável por reparar, ampliar, conservar, manter e operar as rodovias SP 215, SP 340, SP 342, SPI 225/342, SP 344, e SP 350, entre Campinas e o Sul de Minas Gerais, com extensão total de 345,6 km. O contrato de concessão foi assinado em 14 de abril de 1998 com o início da operação em 15 de abril de 1998, com prazo de 240 meses a contar dessa data. Em 21 de dezembro de 2006, através de Termo Aditivo e Modificativo (TAM 13/06), o Poder Concedente promoveu o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, através de prorrogação do prazo da concessão em 50 meses, totalizando 290 meses, ou seja, prazo até 14 de junho de 2022. Em 7 de junho de 2022; 18 de julho de 2022 e 16 de setembro de 2022 foram celebrados, respectivamente, o Termo Aditivo Modificativo nº 21/22 e seu 1º e 2º Termos de Retirratificação, entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (Poder Concedente), com a interveniência e anuência da ARTESP, para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, mediante extensão de 808 dias no prazo do contrato de concessão, a partir de 14 de junho de 2022, cujo novo término passou a ser 29 de agosto de 2024, em razão do desequilíbrio contratual referente à alteração do índice de reajuste das tarifas do pedágio, apurado no período acumulado de 1º de julho de 2013 até 13 de junho de 2022, em favor da Companhia, que foi reconhecido como um ativo intangível a valor justo, tendo como contrapartida uma receita no montante de R$ 367.137 mil no ano de 2022. Ainda em 22 de setembro de 2022, foi celebrado o Termo Aditivo Modificativo nº 22/22 entre a Companhia e o Estado de São Paulo, resultando no reequilíbrio econômico-financeiro mediante extensão de 45 dias no prazo do contrato de concessão, a partir de 29 de agosto de 2024, cujo novo término passa a ser 13 de outubro de 2024, em razão do desequilíbrio contratual referente à Implantação de dispositivo de retorno e acesso à UNESP - km 225 da SP 342 (São João da Boa Vista), em favor da Companhia. Houve também, em 17 de agosto de 2022, a celebração do Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 02/22, a fim de reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro causado pela perda da arrecadação pelo não repasse do reajuste das tarifas de pedágio entre 1º de julho de 2022 e 15 de dezembro de 2022, promover o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e estabelecer a metodologia desta recomposição do equilíbrio econômico-financeiro que previa pagamentos bimestrais à Companhia pelo Poder Concedente, mediante emprego de verbas do tesouro. O TAM (Termo Aditivo Modificativo) foi cumprido pelas partes, visto que os pagamentos foram realizados nas datas previstas. Encerrado o desequilíbrio, em 14 de dezembro de 2022, através de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, o Conselho Diretor da ARTESP deliberou a autorização do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio para vigorar a partir de 16 de dezembro de 2022. Em 28 de junho de 2023, através de publicação em Diário Oficial do Estado de São Paulo, o Conselho Diretor da ARTESP, por determinação da Secretaria de Parcerias em Investimentos, aplicou a medida cautelar de mitigação de eventos de desequilíbrio no Contrato da Renovias, consistente na consideração do IPCA ao invés do IGP-M (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Índice Geral de Preços - Mercado) no reajuste tarifário anual a ser aplicado a partir de 1º de julho de 2023, com fulcro no art. 2º, III, e, da Resolução SPI nº 19, de 29 de maio de 2023. Em 21 de junho de 2024, através de publicação em Diário Oficial do Estado de São Paulo, o Conselho Diretor da ARTESP, por determinação da Secretaria de Parcerias em Investimentos, manteve a medida cautelar de mitigação de eventos de desequilíbrio no Contrato da Renovias, consistente na consideração do IPCA ao invés do IGP-M no reajuste tarifário anual a ser aplicado a partir de 1º de julho de 2024, com fulcro no art. 2º, III, e, da Resolução SPI nº 19, de 29 de maio de 2023. Ainda em 27 de setembro de 2024, foi celebrado o Termo Aditivo Modificativo nº 23/24 entre a Companhia e o Estado de São Paulo, estendendo o prazo do contrato de concessão, a partir de 13 de outubro de 2024 até 13 de abril de 2026, com o objetivo de haver tempo hábil para que o Estado, através de Consultoria, analise a viabilidade e desenvolva estudos técnicos para estruturação de novo projeto de concessão que irá suceder a concessão outorgada à Companhia e para que o vencedor do certame assuma o objeto do contrato. A Companhia continua em fase de negociação com o Poder Concedente acerca de pleitos de desequilíbrios contratuais ainda não reequilibrados que afetaram a equação econômico-financeira da Companhia. O Poder Concedente transferiu à Companhia os imóveis e demais bens que estavam em seu poder até a assinatura do contrato de concessão, sendo responsabilidade desta zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias. **Bens reversíveis:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão. **1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024: 1.1.1. Principais eventos regulatórios: a. Termo aditivo Modificativo nº 23:** Em 27 de setembro de 2024, foi celebrado o Termo Aditivo Modificativo n.º 23/2024 entre a Companhia e o Estado de São Paulo, para estender o prazo do contrato de concessão até 13 de abril de 2026, representando uma prorrogação de 547 dias. A extensão do prazo foi solicitada pelo Poder Concedente, em função do prazo da nova licitação, esperada para dezembro de 2025. O acordo não finaliza nenhuma discussão de reequilíbrio e indica que esse prazo poderá ser inferior, caso o processo de licitação ocorra mais rápido que o esperado. Em função disso, nenhuma receita a título de reequilíbrio contratual foi reconhecida no ato da assinatura deste aditivo. **1.2. Outras informações relevantes - Processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão. Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral. As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (pandemia COVID 19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração. Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação. As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa. Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. Os acionistas e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis aos contratos de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa. As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões. **1.2.1. Processos em andamento:** a. Reajuste Tarifário de 2013: Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela Companhia, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão (processo n.º 1060269-33.2017.8.26.0053). Em 12 de junho de 2023, a Companhia apresentou suas alegações finais. Em razão de tratativas de eventual acordo, as partes apresentaram pedido de suspensão do processo o qual foi deferido pelo juízo. Dessa forma, o processo seguirá suspenso até 10 de julho de 2024. Em 5 de novembro de 2024, foi apresentado novo pedido de suspensão do processo. b. Termo Aditivo Modificativo n.º 13/06: O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário n.º 1007766-40.2014.8.26.0053 contra a Renovias pleiteando a declaração de nulidade do TAM n.º 13/06. A Companhia ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário n.º 1008352-77.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM n.º 13/06. Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Em 18 de julho de 2017, foi proferida sentença julgando procedente a ação proposta pelo Estado de São Paulo e a ARTESP e improcedente a ação proposta pela Companhia. Em 18 de setembro de 2017, a Renovias apresentou recurso de apelação, pendente de julgamento. Desde 27 de março de 2023 a tramitação do processo está suspensa para tratativas de eventual acordo. A Companhia propôs também a Ação de Procedimento Ordinário n.º 0019867-63.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; e (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 30 de outubro de 2014, foi proferida sentença julgando a ação parcialmente procedente, tendo ambas as partes interposto recurso de apelação, já julgados. Em 27 de junho de 2022, a Companhia interpôs recurso especial e recurso extraordinário. As partes requereram a suspensão do processo para tratativas de eventual acordo. Em 14 de novembro de 2024, foi apresentado novo pedido de suspensão do processo. **1.2.2. Processos anteriormente reportados que foram encerrados:** O processo listado abaixo foi encerrado, não se verificando, na data de publicação destas demonstrações financeiras, qualquer risco, efeito material adverso, ou impacto contábil em relação a ele. a. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio (Processo n.º 1018929-12.2017.8.26.0053).

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às Práticas contábeis adotadas no Brasil): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 7 de março de 2025, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 7.1 Provisão para perda esperada: principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;
- 11. Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização;
- 12. Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas, previdenciários e contratuais: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso; e
- 16. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Moeda estrangeira: Transações com moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.2. Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço. Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que prevê as premissas de reajustes anuais. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 14. **3.3. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o

continua

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA SA:60579703000148 em 07/03/2025 17:30:03 com o número de série 6D065A5996BA99F582B90101.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/30767

ICP Brasil

RENOVIAS CONCESSIONÁRIA S.A.

desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativo financeiro a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. **Aplicações financeiras:** Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **3.6. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment)* acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.7. Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.12. Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **3.8. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.9. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.10. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **3.12. Contrato de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física. Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **3.13. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024: • Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) - alterações ao CPC 03 e CPC 40; • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 e CPC 23; • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26; • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06; e • Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* - alterações ao CPC 36 e CPC 18. **3.14. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. **Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão. **Outras Normas Contábeis:** As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); e • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixas e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco de risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 7, 9 e 16. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) CDI relativo às debêntures e aplicações financeiras. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 9 e 16. As tarifas da concessão da Companhia são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. A Administração avalia que a Companhia e suas investidas gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Fornecedores e outras obrigações	14.793	463
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	286	-
Obrigações com o Poder Concedente	1.710	-

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixa e bancos	2.218	3.208
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	62.968	68.062
Total	**65.186**	**71.270**

Aplicaçoes financeiras	2024	2023
Aplicações financeiras (a)	110.883	-
Total	**110.883**	**-**

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,12% do CDI, equivalente a 10,89% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (99,67% do CDI, equivalente a 13,06% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2023). (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB.

7. Contas a receber: 7.1. Contas a receber líquidas

	2024	2023
Circulante	**45.828**	**41.835**
Contas a receber das operações (a)	45.911	41.848
Provisão para perda esperada (b)	(83)	(13)
Total	**45.828**	**41.835**

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e

(b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).

***7.2. Aging* do contas a receber**

Idade de vencimentos dos Títulos	2024	2023
Créditos a vencer	45.691	41.825
Créditos vencidos até 60 dias	24	9
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	113	1
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	69	11
Créditos vencidos há mais 180 dias	14	2
Total	**45.911**	**41.848**

8. Imposto de renda e contribuição social: 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	**2024**	**2023**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**286.129**	**258.433**
Imposto de renda e contribuição social à aliquota nominal (34%)	**(97.284)**	**(87.867)**
Efeito tributário das adições e excusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(1.155)	(1.042)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(168)	(200)
Juros sobre capital próprio	2.381	2.693
Incentivo relativo ao imposto de renda	3.811	3.657
Atualização de Indébitos Tributários (Selic)	119	-
Outros ajustes tributários (a)	1.461	24
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(90.835)**	**(82.735)**
Impostos correntes	(133.396)	(135.079)
Impostos diferidos	42.561	52.344
Aliquota efetiva de impostos	**31,75%**	**32,01%**

(a) Em 2024, o montante de R$ 1.461 refere-se à: (i) R$ 26 parcela isenta adicional; e (ii) $ 1.435 efeito tributário de imposto corrente de exercícios anteriores.

8.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2024	2023
Ativo	**5.454**	**3.168**
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.311	1.264
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	2.472	752
Tributos com exigibilidade suspensa - PIS e Cofins	1.640	1.109
Arrendamento	3	39
Provisão para perda esperada	28	4
Compensação de imposto ativo	**(1.728)**	**(3.168)**
Impostos ativos após compensação	**3.726**	**-**
Passivo	**(1.728)**	**(42.003)**
Reequilíbrio econômico financeiro	(1.728)	(42.005)
Outros	-	2
Compensação de imposto passivo	**1.728**	**3.168**
Impostos passivos após compensação	**-**	**(38.835)**
Imposto diferido líquido	**3.726**	**(38.835)**

Movimentação do imposto diferido	**2024**	**2023**
Saldos em 1º de janeiro	**(38.835)**	**(91.179)**
Reconhecimento no resultado	42.561	52.344
Saldos em 31 de dezembro	**3.726**	**(38.835)**

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua Controladora em conjunto, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	2024			2023		
Saldos	**Controladora em conjunto**	**Outras partes relacionadas**	**Total**	**Controladora em conjunto**	**Outras partes relacionadas**	**Total**
Ativo	**1**	**926**	**927**	**2**	**12.214**	**12.216**
Aplicações financeiras	-	-	**-**	-	10.616	**10.616**
Bancos conta movimento	-	917	**917**	-	1.507	**1.507**
Contas a receber	1	1	**2**	2	83	**85**
Outros créditos	-	8	**8**	-	8	**8**
Passivo	**239**	**247**	**486**	**127**	**224**	**351**
Fornecedores e contas a pagar	239	47	**286**	127	217	**344**
Outros débitos	-	200	**200**	-	7	**7**

	2024			2023		
Transações	**Controladora em conjunto**	**Outras partes relacionadas**	**Total**	**Controladora em conjunto**	**Outras partes relacionadas**	**Total**
Custos/Despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(150)	**(150)**	-	(334)	**(334)**
Custos/Despesas de serviços prestados - transmissão de dados	-	-	**-**	-	(101)	**(101)**
Custos/Despesas - serviços especializados e consultorias	-	-	**-**	-	(392)	**(392)**
Custos/Despesas - benefício em vales a colaboradores	-	(6.059)	**(6.059)**	-	-	**-**
Custos/Despesas - seguros	-	(64)	**(64)**	-	-	**-**
Custos/Despesas - outros gastos gerais	-	(41)	**(41)**	-	-	**-**
Imobilizado	-	-	**-**	(6)	-	**(6)**
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(73)	**(73)**	-	(90)	**(90)**
Receita de prestação de serviços entre partes relacionadas	-	408	**408**	-	1.456	**1.456**
Receitas de aplicações financeiras	-	358	**358**	-	-	**-**
Receitas de mútua cooperação	-	30	**30**	-	43	**43**
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(102)	190	**88**	2	(74)	**(72)**
Repasse de custos e despesas - CSC	(2.869)	-	**(2.869)**	(2.637)	-	**(2.637)**

9.1. Profissionais-chave da administração: Despesas com profissionais-chave:

	2024	2023
Remuneração: (a)	**2.537**	**2.497**
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	**1.666**	**1.463**
Outros benefícios:	**871**	**1.034**
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	892	956
(Reversão) de provisão de PPR do ano anterior	(64)	-
Previdência privada	40	76
Seguro de vida	3	2

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 08 de abril de 2024, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R$ 2.848, a qual inclui os encargos sociais e FGTS.

Saldos a pagar aos profissionais-chave:

	2024	2023
Remuneração dos administradores (a)	**565**	**1.075**

(a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registrados no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações e edificações	Equipamentos operacionais	Total	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
Saldo em 1° de janeiro de 2023	**363**	**671**	**38**	**-**	**997**	**2.069**	**2.539**	**4.608**
Adições	-	-	-	-	-	-	15.530	15.530
Transferências	435	2.076	784	-	3.001	6.296	(6.080)	216
Depreciação	(230)	(1.313)	(101)	-	(1.858)	(3.502)	-	(3.502)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**568**	**1.434**	**721**	**-**	**2.140**	**4.863**	**11.989**	**16.852**
Custo	2.363	26.740	7.356	13	43.956	80.428	11.989	92.417
Depreciação acumulada	(1.795)	(25.306)	(6.635)	(13)	(41.816)	(75.565)	-	(75.565)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**568**	**1.434**	**721**	**-**	**2.140**	**4.863**	**11.989**	**16.852**
Adições	-	-	-	-	-	-	8.411	8.411
Baixas	-	-	-	-	(1)	(1)	-	(1)
Transferências	50	3.864	5.557	-	1.732	11.203	(11.203)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	2.153	2.153	-	2.153
Depreciação	(528)	(4.890)	(3.289)	-	(5.415)	(14.122)	-	(14.122)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**90**	**408**	**2.989**	**-**	**609**	**4.096**	**9.197**	**13.293**
Custo	2.408	30.200	12.913	13	47.776	93.310	9.197	102.507
Depreciação acumulada	(2.318)	(29.792)	(9.924)	(13)	(47.167)	(89.214)	-	(89.214)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**90**	**408**	**2.989**	**-**	**609**	**4.096**	**9.197**	**13.293**
Taxa média anual de depreciação %								
Em 31 de dezembro de 2024	100	98	100	-	100			

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**284.556**	**189**	**81**	**284.826**	**5.603**	**290.429**
Adições	-	-	1.198	1.198	49.604	50.802
Transferências	29.592	(1)	(215)	29.376	(29.592)	(216)
Amortização	(163.579)	-	-	(163.579)	-	(163.579)
Outros	(346)	-	-	(346)	(4)	(350)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**150.223**	**188**	**1.064**	**151.475**	**25.611**	**177.086**
Custo	1.036.047	13.552	1.064	1.050.663	25.611	1.076.274
Amortização acumulada	(885.824)	(13.364)	-	(899.188)	-	(899.188)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**150.223**	**188**	**1.064**	**151.475**	**25.611**	**177.086**
Adições	-	-	2.023	2.023	13.413	15.436
Transferências	14.708	62	(63)	14.707	(14.707)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(2.153)	(2.153)	-	(2.153)
Amortização	(155.177)	(40)	-	(155.217)	-	(155.217)
Outros	(12)	-	-	(12)	-	(12)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**9.742**	**210**	**871**	**10.823**	**24.317**	**35.140**
Custo	1.050.738	13.614	871	1.065.223	24.317	1.089.540
Amortização acumulada	(1.040.996)	(13.404)	-	(1.054.400)	-	(1.054.400)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**9.742**	**210**	**871**	**10.823**	**24.317**	**35.140**
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de dezembro de 2024	(a)	20				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Infraestrutura em construção: O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2024, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Total	**23.752**
Instalações dos prédios Bases SAU e PMR	294
Implantação da 3ª faixa da SP-340 entre o km 123 e o km 172	10.084
Implantação de marginais SP-340 entre o km 114 e o km 123	7.248
Duplicação da SP-344 entre o km 224 e o km 242	3.662
Adequação às Normas de Acessibilidade às Rampas da Passarela de Pedestres SP-342 km 172,5	2.464

12. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas e contratuais. **12.1. Processos com prognóstico de perda provável:** A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes, e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Contratuais	Tributários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**661**	**1.455**	**95**	**-**	**2.211**
Constituição	5.147	4.529	-	1	9.677
Reversão	(684)	(715)	(97)	-	(1.496)
Pagamentos	(2.026)	(1.452)	-	(1)	(3.479)
Atualização de bases processuais e monetária	116	233	2	-	351
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**3.214**	**4.050**	**-**	**-**	**7.264**

12.2. Processos com prognóstico de perda possível: A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2024	2023
Cíveis e administrativos	4.607	4.057
Trabalhistas e previdenciários	1.107	2.334
Total	**5.714**	**6.391**

13. Patrimônio líquido: 13.1. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 75.000, composto por 75.000.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 25.000.000 ordinárias e 50.000.000 preferenciais, assim distribuídas:

continua

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA SA:60579703000148 em 07/03/2025 17:30:03 com o número de série 6D065A5996BA99F582B90101.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/30767

ICP Brasil

continuação

RENOVIAS CONCESSIONÁRIA S.A.

		2024			2023		
	Participação acionária	Capital social	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Capital social	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Encalso Construções Ltda.	10,20%	7.650	7.649.999	-	7.650	7.649.999	-
Encalso Participações em Concessões S.A.	49,80%	37.350	7.350.000	30.000.001	37.350	7.350.000	30.000.001
CCR S.A.	40,00%	30.000	10.000.001	19.999.999	30.000	10.000.001	19.999.999
Total geral		**75.000**	**25.000.000**	**50.000.000**	**75.000**	**25.000.000**	**50.000.000**

13.2. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **13.3. Reserva de retenção de lucros:** Constituída nos termos do artigo n.º 196 da Lei n.º 6.404/76. Essa retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovada pelo Conselho de Administração (CA) e pela Assembleia Geral Ordinária (AGO). **13.4. Dividendos:** Em 8 de abril de 2024, foi aprovado em ata de Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos de R$ 6.687, correspondentes a R$ 0,0836 por ação ordinária e R$ 0,09195 por ação preferencial, a título de dividendos adicionais propostos. O pagamento ocorreu em 15 de abril de 2024. Em 8 de abril de 2024, foi aprovado em ata de Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos de R$ 56.339, correspondentes a R$ 0,7042 por ação ordinária e R$ 0,7747 por ação preferencial, a título de reserva de retenção de lucros. O pagamento ocorreu em 15 de abril de 2024. Em 11 de setembro de 2024, foi aprovado em ata da Reunião do Conselho da Administração (RCA), a distribuição de dividendos intermediários *"ad referendum"* no valor de R$ 107.614, à conta de resultado de lucros acumulados entre janeiro de 2024 a agosto de 2024, sendo R$ 1,3451750 por ação ordinária e R$ 1,47969250 por ação preferencial. O pagamento ocorreu em 16 de setembro de 2024, com base na composição acionária desta data. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2024, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2024
Lucro líquido do exercício	195.294
(-) Constituição de reserva legal	-
Lucro líquido	**195.294**
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	48.824
Total de juros sobre capital próprio pagos (líquidos de IRRF)	(5.953)
Total de dividendos intermediários aprovados	(107.614)
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	**(113.567)**

13.5.Juros sobre capital próprio: Em 13 de dezembro de 2024, foi aprovado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre o capital próprio com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2023 (deduzido ou acrescido, *pro rata die* de eventuais movimentações ocorridas em 2024, exceto quanto ao resultado do próprio exercício), no valor de R$ 7.004, correspondente a R$ 0,08754180863 por ação ordinária e R$ 0,09629598949 por ação preferencial, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R$ 5.953 correspondente a R$ 0,07441053737 por ação ordinária e R$ 0,08185159111 por ação preferencial. O pagamento ocorreu em 23 de dezembro de 2024.

14. Receitas operacionais líquidas	**2024**	**2023**
Receita bruta	**697.701**	**665.164**
Receitas de pedágio	663.562	597.282
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	13.415	49.536
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	408	1.456
Receitas acessórias	20.316	16.890
Deduções das receitas brutas	**(59.070)**	**(53.181)**
Impostos sobre receitas	(58.168)	(52.345)
Abatimentos	(902)	(836)
Receita operacional líquida	**638.631**	**611.983**

15. Resultado financeiro	**2024**	**2023**
Despesas financeiras	**(500)**	**(568)**
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(24)	(138)
Juros passivos	(353)	(279)
Despesas bancárias	(75)	(93)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(43)	(53)
Outras despesas financeiras	(5)	(5)
Receitas financeiras	**10.858**	**8.913**
Rendimento sobre aplicações financeiras	10.499	8.903
Juros e outras receitas financeiras	359	10
Resultado financeiro líquido	**10.358**	**8.345**

16. Instrumentos financeiros: 16.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nível	**2024**	**2023**
Ativos		**221.899**	**113.190**
Valor justo através do resultado		**176.069**	**71.270**
Caixa e bancos	Nível 2	2.218	3.208
Aplicações financeiras	Nível 2	173.851	68.062
Custo amortizado		**45.830**	**41.920**
Contas a receber das operações		45.828	41.835
Contas a receber de partes relacionadas		2	85
Passivos		**(17.252)**	**(24.370)**
Custo amortizado		(17.252)	**(24.370)**
Fornecedores e outras contas a pagar		(15.256)	(22.390)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(286)	(344)
Obrigações com o Poder Concedente		(1.710)	(1.636)
Total		**204.647**	**88.820**

16.2. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e as premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **16.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

		Efeito em R$ no resultado		
Risco	**Exposição em R$ (3) (4)**	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
CDI (2)	174.624	16.941	12.738	8.513
Efeito sobre as aplicações financeiras		**16.941**	**12.738**	**8.513**
Total do efeito de ganho/(Perda)		**16.941**	**12.738**	**8.513**
A taxa de juros considerada foi (1):	CDI (2)	12,1500%	9,1125%	6,0750%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo: Nos itens (2) a (4) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2024, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2024, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (4) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI).

17. Compromissos vinculados ao contrato de concessão:

17.1. Compromissos com o Poder Concedente - Outorga variável

			Valor pago no exercício		Circulante Valor a pagar	
	%	Base	2024	2023	2024	2023
Outorga variável (a)	3,0	Receita bruta	20.460	18.495	1.710	1.636
Total			**20.460**	**18.495**	**1.710**	**1.636**

(a) Ônus variável compensado pelo reequilíbrio do ponto a ponto até 14 de junho de 2022.

18. Demonstrações dos fluxos de caixa: 18.1. Atividades de financiamento: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessão. A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Passivo de arrendamento	Retenção de lucro	Dividendos e juros sobre capital próprio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(617)**	**(71.339)**	**(6.687)**	**(78.643)**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	**641**	**56.339**	**120.254**	**177.234**
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	56.339	120.254	**176.593**
Pagamentos de principal	641	-	-	**641**
Outras variações que não afetam o caixa	**(24)**	**(30.000)**	**(164.243)**	**(194.267)**
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	(30.000)	(164.243)	**(194.243)**
Ajuste a valor presente	(24)	-	-	**(24)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**(45.000)**	**(50.676)**	**(95.676)**

Composição do Conselho da Administração

Mário Múcio Eugênio Damha - Presidente
Alberto Bagdade - Membro Efetivo
Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Membro Efetivo
Marco Aurélio Eugênio Damha - Membro Efetivo
Roberto Penna Chaves Neto - Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Emerson Luiz Bittar - Diretor-Presidente
Mário Múcio Eugênio Damha - Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e Administradores da **Renovias Concessionária S.A. -** Mogi Mirim - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Renovias Concessionária S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluíndo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Renovias Concessionária S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA SA:60579703000148 em 07/03/2025 17:30:03 com o número de série 6D065A5996BA99F582B90101.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/30767

ICP Brasil